



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0004211-11.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **TALITA GUEDES**

VISTOS.

TALITA GUEDES, qualificada a fls.8, foi denunciada como incurso no art. 33, caput, da Lei nº11.343/06, porque em 24.4.2015, por volta de 6h30, na Rua Mogi Guaçu, 44, Jardim Jóquei Clube, em São Carlos, trazia consigo, para fins de entrega ao consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 41 (quarenta e um) saquinhos e 01 (uma) porção de cocaína, pesando 16g aproximadamente, além de um eppendorf vazio, R\$1.899,00 em espécie e vários celulares.

Consta que a ré era a responsável pela venda de entorpecentes nas imediações do local dos fatos, usando a residência como referência e local de estocagem a droga; na data dos fatos, havia separado e embalado parte da cocaína que seria vendida, bem como arrecadado o dinheiro referido, como produto do comércio ilícito.

Naquela data, contudo, policiais de Matão, com o auxílio de agentes de São Carlos, cumpriram mandado de busca na casa, pois Talita era investigada por suposto envolvimento em roubo naquela cidade; foi


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

então que a ré, percebendo a chegada dos policiais, escondeu a droga dentro do sutiã e pegou uma das filhas no colo, para disfarçar; tendo sido revistada por uma policial feminina, acabou vendo a droga achada onde a havia escondido.

Consta que a DISE de São Carlos possuía informações de que a ré estaria traficando no local, conforme documento de fls.39.

Recebida a denúncia (fls.144), após notificação e defesa preliminar, sobrevieram citação e audiência de instrução com interrogatório (fls.168) e inquirição de duas testemunhas de acusação e uma de defesa (fls.169, 191 e 170).

Nas alegações finais, o Ministério Público pediu a condenação nos termos da denúncia; a defesa pediu a absolvição em relação ao tráfico e a desclassificação para o crime do art.28 da Lei nº11.343/06.

É o relatório

**D E C I D O**

A materialidade do crime está comprovada pelo laudo de exame químico-toxicológico de fls.43 e há suficiente prova de autoria, sendo de rigor a condenação.

Irrelevante, para a configuração do delito, que a ré tivesse sido despejada do imóvel em que de fato se encontrava na ocasião dos fatos, - bem no começo do dia, como se ali tivesse passado a noite -, pois é certo que nele estava quando da chegada da polícia, na posse de quantidade de droga


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que não leva ao reconhecimento do crime de porte (art.28 da Lei nº11.343/06), mas à configuração do tráfico.

Também não afeta a conclusão a falta de encontro de petrechos para preparação de droga no local, ou para pesagem dela, ou mesmo anotações típicas do tráfico, porquanto a ausência de tais objetos não exclui a possibilidade do comércio ilícito, mediante venda de porções previamente preparadas e prontas para entrega a terceiros.

A cocaína apreendida (quarenta e uma porções, individualizadas) não induz, na quantidade possuída, o simples porte para uso próprio, notadamente quando achado, na mesma ocasião, dinheiro em quantidade expressiva (R\$1.899,00), em situação estranha, com a ré estava em sua ex-casa, local que a polícia vinha monitorando em razão de denúncias de tráfico, com destaque para o fato de que a denunciada já era investigada pela delegacia de entorpecentes, conforme relatório de fls.39.

A policial Mônica Del Rio (fls.191) declarou que, ao ingressar no local, encontrou a ré dormindo com os filhos e uma adolescente; embora criando alguma dificuldade, a ré acabou permitindo a revista que localizou, em seu sutiã, quarenta e um saquinhos e outro invólucro de cocaína.

O investigador Antonio Henrique (fls.169), da mesma forma, disse que a ré estava acompanhada de quatro filhos e uma adolescente no local, tudo indicando que passara a noite ali, com todos; confirmou que a policial feminina encontrou quarenta e um invólucros de cocaína e outro, avulso, com a ré, e não apenas os quinze referidos pela denunciada a fls.168, e acrescentou: "a polícia tinha informações de envolvimento da ré com tráfico e aquele local relacionado ao tráfico".

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ele também monitorou a casa antes deste dia e constatou movimentação estranha de pessoas, situação típica da traficância.

A testemunha de defesa (fls.170) afirmou que o local tornou-se reduto de usuários de droga mas, ainda assim, não explicou, com razoabilidade, porque a ré estava lá com os filhos no começo da manhã, - o que causa estranheza -, sem outras pessoas que estivessem, aparentemente, lá para usar droga, sem pernoitar.

Nas circunstâncias, a presença da ré no local indica que não era mera frequentadora da ex-casa, mas ficava ali mais tempo, conduta que se compatibiliza com a de quem atua no tráfico e não com mero intuito de consumir drogas. Ademais, se morava noutro lugar, era esperado que naquele fosse encontrada com os filhos naquela hora, e não na ex-residência da qual fora, antes, despejada por falta de pagamento.

A testemunha de defesa (fls.170), mãe da adolescente Rayane, - que era usuária de entorpecente -, encontrada na casa com a ré, também se referiu ao fato de a ré possuir renda de aluguéis, que se somaria ao trabalho remunerado dela (segundo o interrogatório).

Contudo, nenhuma prova documental de renda de aluguel foi produzida a fim de comprovar tal fato e, ainda que a carteira de trabalho (fls.68) indique a existência de emprego formal, remunerado com um salário mínimo, tal não comprova a origem de todo o dinheiro encontrado na casa, valor bem superior ao do salário e que, nas circunstâncias apuradas, revela origem ilícita não apenas pela falta de comprovação da fonte, mas principalmente por causa da situação da ré, que trazia consigo razoável quantidade de cocaína,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

em local conhecido por ser ponto de tráfico.

O dinheiro de origem não comprovada também indica que o comércio ilícito era fonte de renda da acusada, que para isso continuava a usar o local onde antes residira, reforçando as notícias recebidas pela polícia no tocante ao tráfico praticado no local, com envolvimento da ré.

Assim, suficientemente provadas autoria e materialidade, a condenação é de rigor, observando-se primariedade e bons antecedentes da ré, que faz jus à causa de diminuição de pena do art.33, §4º, da Lei nº11.343/06.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Talita Guedes como incurso no art.33, "caput", c.c. art.33, §4º, da Lei nº11.343/06.

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando ser a ré primária e de bons antecedentes, bem como ser a quantidade de droga apreendida, neste caso, insuficiente para exasperar a pena-base, nos termos do art.42 da Lei nº11.343/06, pois não ficou caracterizado tráfico de grande envergadura, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal e 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, calculados cada na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.

Reconhecida a causa de diminuição do art.33, §4º, da Lei nº11.343/06, reduzo a sanção em 2/3, perfazendo a pena definitiva


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, mais 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, no mínimo legal.

A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, nos termos do art.2º, §1º, da Lei nº8.072/90, e do art.33, e parágrafos, do Código Penal pois, ainda que considerada inconstitucional a primeira norma, a gravidade da conduta e as consequências sociais do tráfico não autorizam regime mais brando, desproporcional e insuficiente para a adequada responsabilização de natureza penal.

O tráfico é crime que traz notórias e graves consequências à paz social e à segurança pública, na medida em que potencializa o aumento da violência e da criminalidade, de múltiplas formas.

É notório o aumento do consumo de drogas no país, atingindo a maior parte dos municípios, o que exige proporcionalidade da sanção penal, que deve ser suficiente para desestimular o ilícito e prevenir a continuidade do aumento deste tipo de infração.

As substâncias entorpecentes estão presentes na grande maioria dos crimes, agindo como fator desencadeante, - no caso de crimes cometidos sob a sua influência -, ou objetivo final, quando praticados delitos para sustentar o vício ou o consumo, provocando mal que, sabidamente, afeta de maneira ampla e profunda a sociedade, desestruturando famílias e indivíduos, bem como causando dano geral à comunidade.

A culpabilidade, nas circunstâncias acima explicitadas, não autoriza a concessão do "sursis" ou pena restritiva de direitos,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

nos termos dos arts.77, II e 44, III, do Código Penal.

Também em razão destes argumentos ocorre violação da garantia da ordem pública que justifica, no caso, a prisão cautelar.

Estando presa, comunique-se o presídio em que se encontra a ré, vedado o apelo em liberdade.

Decreto a perda do dinheiro apreendido.

Custas na forma da lei.

Encaminhe-se cópia desta sentença para complemento das informações em habeas corpus (fls.123/124).

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de outubro de 2015

André Luiz de Macedo  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**